

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Siglas e abreviaturas utilizadas	9

PARTE I – INTRODUÇÃO

DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Capítulo Preliminar – O TEMA DOS DEVERES FUNDAMENTAIS	15
1. Um tema (relativamente) esquecido	15
2. Duas perspectivas inadequadas dos deveres fundamentais	28
3. Os deveres fundamentais como categoria jurídica autónoma	35
Capítulo I – O CONCEITO DE DEVERES FUNDAMENTAIS	41
4. Breve referência à sua evolução histórica	41
5. Os deveres fundamentais expressão da soberania baseada na dignidade humana	54
6. Fundamento jurídico dos deveres fundamentais	61
7. Conceito (aproximativo) de deveres fundamentais	64
8. Algumas figuras próximas dos deveres fundamentais	74
9. Os deveres fundamentais como deveres constitucionais	87
10. A dimensão objectiva dos deveres fundamentais	96
Capítulo II – A ESTRUTURA DOS DEVERES FUNDAMENTAIS	101
11. Ideia de estrutura e indicação da sequência	101
12. Os titulares (activos) dos deveres fundamentais	101
13. Os destinatários dos deveres fundamentais	106
14. Tipologia dos deveres fundamentais	111
15. Relações entre os deveres e os direitos fundamentais	117
16. Os deveres fundamentais e os princípios constitucionais	127
17. Relações dos deveres fundamentais entre si	131
Capítulo III – O REGIME DOS DEVERES FUNDAMENTAIS	139
18. O regime geral dos deveres fundamentais	139
19. A inaplicabilidade directa dos deveres fundamentais	148
20. O significado normativo geral dos deveres fundamentais	157
21. Os deveres fundamentais e o legislador	164
22. Os deveres fundamentais e a revisão constitucional	174

PARTE II

CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DO DEVER DE PAGAR IMPOSTOS

1. Ponto de partida e plano da exposição	185
--	-----

TÍTULO I – ESTADO FISCAL, IMPOSTO E PODER TRIBUTÁRIO	189
Capítulo I – O ESTADO FISCAL	191
2. A ideia de estado fiscal	191
3. A livre disponibilidade (económica) dos indivíduos	204
4. O carácter fiscal do estado português	210
5. O estado fiscal como limite	216
Capítulo II – O IMPOSTO	223
6. Uma noção (doutrinal) de imposto	223
7. A finalidade constitucional do imposto	226
8. O imposto e as figuras próximas	251
Capítulo III – O PODER TRIBUTÁRIO	269
9. Noção de poder tributário	269
10. Referência à evolução da titularidade do poder tributário	277
11. A ideia de soberania fiscal	290
12. Caracterização do poder tributário	301
13. A distribuição do poder tributário em Portugal	305
TÍTULO II – OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA TRIBUTAÇÃO	313
14. Ideia sobre os limites a analisar e indicação da sequência	315
Capítulo IV – OS LIMITES FORMAIS DA TRIBUTAÇÃO	321
15. O princípio da legalidade fiscal	321
16. O princípio da segurança jurídica	394
17. A proibição do referendo fiscal	422
Capítulo V – OS LIMITES MATERIAIS DA TRIBUTAÇÃO	435
18. O princípio da igualdade fiscal	435
19. A consideração fiscal da família	524
20. O respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais	550
21. O princípio do estado social	573
22. Outros limites materiais da tributação	590
23. O princípio da coerência do sistema	599
24. O limite aos limites materiais da tributação	619
TÍTULO III – EXCURSO: A EXTRAFISCALIDADE E SEUS LIMITES	627
25. Razão deste excurso	629
26. O quadro do fenómeno extrafiscal	629
27. Uma ideia dos limites da extrafiscalidade	654
Síntese das principais teses	671
Bibliografia	697
Índice Analítico	735
Índice Jurisprudencial	741
Índice	745